



**Ata de Assembleia de Freguesia**

Reunião Ordinária de maio

n.º 3

Ano 2025

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia da Junta de Freguesia de Febres, sob a presidência da Presidente da Assembleia, Aldina Duarte, no Salão Nobre da Junta de Freguesia.-----

A Assembleia teve início com os devidos cumprimentos a todos os presentes, incluindo o público, por parte da Presidente da Assembleia.-----

**Antes da ordem do dia:**-----

Analisaram-se as atas das reuniões anteriores e foram colocadas a votação, assim:-----

- Ata n.º 4 de 2024, aprovada por maioria (8 votos a favor e uma abstenção);-----
- Ata de dezembro de 2024, aprovada por maioria (8 votos a favor e uma abstenção);-----
- Ata n.º 1 de 2025, aprovada por maioria (8 votos a favor e uma abstenção);-----
- Ata n.º 2 de 2025, aprovada por maioria (8 votos a favor e uma abstenção);-----

**Ordem do dia:**-----

1. **Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia;** -----
2. **Primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2025;** -----
3. **Apreciação, discussão e votação das contas de gerência do ano de 2024;** -----
4. **Apreciação, discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento para o ano de 2025, por integração do saldo de execução orçamental, nos termos do n. 1 do art.º 129º, da Lei n.º2/2020, de 31 de março;** -----
5. **Apreciação, discussão e votação de toponímia nas localidades de Cabeços e Fontinha;**-----
6. **Outros assuntos de interesse para a Freguesia.**-----

No cumprimento da ordem de trabalhos, a **Presidente da Assembleia** chamou à intervenção a Presidente da Junta de Freguesia, que distribuiu o documento de todas as informações relativas à atividade da junta desde a última Assembleia, destacando a requalificação dos abrigos de passageiros em toda a freguesia e já iniciaram a execução das bases dos contentores do lixo e dos ecopontos. Tiveram algumas reparações, já executaram 15 sepulturas e alguns passeios junto ao mercado, bem



como alguns passeios em colaboração com os proprietários das várias casas e já têm algum material para prosseguir. O resto foi o expediente normal.-----

Não existindo pedidos de intervenção a **Presidente da Assembleia** remeteu para a leitura do documento entregue a todos os membros da Assembleia, onde a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta presta minuciosamente toda a descrição do que foi a atividade da junta desde a última Assembleia.-----

A Presidente da Assembleia passou ao **ponto dois - Primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2025;** -----

Sr<sup>a</sup> **Presidente da Junta** referiu que este pedido de alteração decorre de uma alteração na lei que obrigou a alterar as competências dos funcionários inerentes aos cargos, estando-se por isso a submeter um novo mapa de pessoal inerentes aos cargos.-----

**Paulo Pessoa, o tesoureiro**, esclareceu que o que está em causa é que a função pública é sujeita a um processo de avaliação de desempenho e já há alguns anos que essa avaliação é efetuada com base em competências. Então, o que acontece é que houve aqui uma alteração ao nível das competências e teve que se fazer uma seleção desse conjunto de competências para as diferentes funções o que obrigou a uma reformulação do mapa pessoal. Assim, o que vai acontecer é que os colegas ou funcionários vão ser avaliados já este ano ou no próximo, com base nestas competências que foram selecionadas.-----

A **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto à votação para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2025, o qual foi **aprovado por unanimidade.**-----

A Presidente da Assembleia deu continuidade à ordem de trabalhos, **ponto três - Apreciação, discussão e votação das contas de gerência do ano de 2024;** -----

**Paulo Pessoa, Tesoureiro**, esclareceu que não detalhou toda a extensão do documento, apresentando apenas algumas notas importantes para conhecimento do público, dado que todos os presentes têm conhecimento do documento. Assim, no orçamento, constava uma receita inicial e uma despesa inicial de 544.986,36 euros que depois foi corrigida e originou um orçamento final de 604.527,91 euros. Esta correção decorreu, tendo em conta a venda de um terreno, a entrada de transferências correntes que não estavam inicialmente previstas, originando depois uma correção positiva ao orçamento. Em termos daquilo que é a execução global, em termos de receitas foram executadas 423.614,43 euros, ou seja, estamos a falar de uma taxa de execução de 70%, basicamente, e em termos de despesa, aqui um bocadinho abaixo, portanto, 389.048 euros, neste caso, 104.036 euros, resultando acabando aqui este ano por ter uma receita superior à despesa. Um bocadinho mais em pormenor em termos daquilo, que é o desvio total, no caso das receitas, temos aqui uma diferença de 180 913 euros face àquilo que estava previsto executar, muito derivado da questão do museu, que foi inscrito em orçamento para este ano, 185.000 euros. Assim, o valor, basicamente, que está de desvio, tem precisamente a ver com a questão do museu, ou seja, se não fosse a questão do museu, tínhamos efetuado quase 100% da receita cobrada. O mesmo acontece na despesa, em que temos uns 215.000 euros, relativamente àquilo que estava projetado, lá está, aqui com um diferencial que depois acabou por originar um saldo de gerência na casa dos 35.000 euros. Portanto, basicamente, o orçamento que estava projetado em termos de despesa, se não fosse a questão do museu, teria também atingido aqui muito perto de 100%. Assim acabamos por ter um saldo orçamental, resultante de 34.555,55 euros. Em termos daquilo que são impostos diretos, tivemos aqui uma cobrança de 7.600 euros, ficou até 5% acima do que estava projetado, em termos de taxas, multas e outras penalidades, tivemos uma receita líquida ou liquidada de 35.000 euros, cerca de 93%, nomeadamente aqui o grande peso no mercado e feiras, com um valor de 33.000 euros relativamente

aos 35.000 previstos inicialmente, portanto, muito próximo. Destacar o trabalho que é feito pelas colegas funcionárias, que, de facto, têm que ter um trabalho herculiano em ligar muitas das vezes aos feirantes ou enviando cartas, insistindo para pagarem, não é fácil e têm feito também um excelente trabalho. Em termos, da administração geral, receitas na casa dos 128.000 euros, em que a receita foi toda liquidada; outras entidades também 6.600 euros. Em termos de vendas, a venda de um terreno que originou uma receita de 17.000 euros; em vendas de bens de investimento, portanto, tudo que é receitas relativamente depois ao cemitério, em que além da normal venda das campas, este ano também tivemos aqui uma venda ou outra de jazigo, o que origina logo também um valor maior. Na administração local, temos o contrato interadministrativo da Câmara, num valor de 42.000 euros, em que conseguimos liquidar toda essa receita, tendo-se assim ido buscar todo esse valor, ou fundamentar esse valor. Neste capítulo, a Câmara apenas disponibiliza o valor mediante a entrega de facturas documentadas relativamente às despesas efetuadas e a obra feita. É de referir, o valor, que está por executar, os 185.000 euros. Espera que, de facto, este ano encerremos este valor em definitivo, a obra já está a decorrer e a expectativa é que termine até setembro, outubro, pelo menos esta fase e esta execução. Resumindo assim o valor receita em 604.000 euros. Em termos de despesa corrente, com um grande peso aqui, temos as remunerações do pessoal, com um valor inicial de 74.000 euros, não foi gasto esse valor, foi apenas gasto 70.000 euros; no que respeita à aquisição de bens e serviços, tínhamos projetado uma despesa na casa dos 127.000 euros, e acabamos por ter aqui uma despesa de cerca de 87% deste valor, porque surgiram algumas poupanças em certas rubricas. Surgem rubricas, que de facto acabam por ter um maior peso do que outras, um gasto grande com questões de limpeza e higiene, com serviços especializados, onde se inclui muitas das vezes os serviços de desmatção, em combustíveis e a questão da segurança no mercado e da escola, que ao contrário do que se possa pensar são valores que pesam muito em termos daquilo que é a despesa, mas mesmo assim, conseguiu-se de facto aqui alguma poupança a este nível e portanto, também de ressaltar essa questão. Depois, fizemos também a habitual atribuição dos subsídios às associações, com um valor também sustancial com eventos recreativos culturais e desportivos, onde tínhamos iniciado aqui uma projeção de 15.000€, e acabamos por ter um compromisso de 12.000€, ou seja, executamos praticamente todo o valor também que estava projetado. No que respeita a despesa de capital, aqui no mercado fizemos um gasto de cerca de 8.500€, em parques e jardins cerca de 17.000€. Onde há aqui um valor que é de ressaltar, é em termos de viadutos, de arruamentos e obras complementares, porque neste ano acabamos por executar obras no valor de 96.000€, portanto, um valor muito acima do normal, da média, até em relação ao que tínhamos feito nos anos transatos, ressaltando esse valor. Tudo isto gerou então uma despesa total de 604.000€.

Sobre os indicadores orçamentais o **Tesoureiro** referiu que entre aquilo que é a receita total e a despesa total em 2023 tivemos 94% e em 2024 96%, ou seja, isto é a capacidade das receitas cobrirem as despesas. Em termos daquilo que é a receita corrente, também em 2023 tivemos 89% e em 2024 128%, ou seja, as receitas correntes cobrirem as despesas correntes. Entre as receitas próprias e a receita total, há aqui uma diminuição de 2023 para 2024, passou de 31% para 24%, em termos daquilo que são as despesas de capital, sobre a despesa total, a despesa de capital de 41.53% para 70.84%. Houve uma diminuição da despesa com pessoal de 42.75% para 38.31% e em termos da aquisição de bens e serviços, houve a despesa corrente, acabou por se fixar, ainda mesmo nos 49%. A despesa corrente mantém-se muito similar de uns anos para os outros, não há aqui grandes alterações, há um conjunto de despesa corrente fixa que a junta tem, e portanto não há muita alteração a esse nível. Em nota final, em termos daquilo que era o projetado, se retirarmos mais uma vez esta questão do museu, o orçamento foi praticamente naquilo que é a sua génese, cumprido

quase a 100% naquilo que era a sua projecção inicial. Findada a sua apresentação mostrou-se disponível para algum esclarecimento.-----

A **Presidente da Assembleia** pôs à votação as **contas de gerência do ano de 2024**. O mesmo foi aprovado por maioria, com **4 votos a favor (PS) e 5 abstenções (CHEGA e PSD)** estas com posteriores declarações de voto, que se transcrevem na íntegra:-----

- **Declaração de voto da bancada do PSD:**-----

“Os documentos de Prestação de Contas correspondem à análise económico-contabilística das opções de fundo constantes nos Orçamentos, refletindo ainda a capacidade política de implementar essas medidas. A referência de execução regular dos orçamentos são 85% e a Junta de Freguesia de Febres continua a apresentar taxas de execução significativamente inferiores, tendo apenas executado cerca de 70 % da receita, 64% da despesa e, no Plano Plurianual de Investimentos, 46,5 % dos investimentos anuais e cerca de 38,4% dos investimentos globais. Apesar destas taxas serem um pouco melhores que no ano anterior, demonstram a incapacidade da Junta para “fazer”, na medida em que apenas gastou 64% do que ela própria tinha estimado e, de forma mais evidente, apenas executou 46,5% da verba prevista para as obras mais estruturantes e importantes. Mesmo com as reservas sucessivamente apresentadas ao longo do mandato, os documentos apresentados continuam a ter erros grosseiros, que condicionam a credibilidade das Contas e mostram que a Junta não conferiu os documentos apresentados pela contabilidade. Na altura avisámos, mas ninguém ligou: ou os valores do ano passado estavam errados, ou os valores deste ano estão errados ou os valores de ambos os anos estão errados. A título de exemplo, qualquer análise séria deve contemplar os indicadores orçamentais e a sua comparação com o ano anterior. Mas os valores dos indicadores de 2023 que são apresentados para comparação, na sua maioria, não correspondem aos valores apresentados no Relatório desse ano e que foram aprovados por esta Assembleia. Exemplos mais evidentes:

Indicador	Mesmos dados relativos ao ano 2023	
	Nas Contas 2023	Nas Contas 2024
Transf. Municipais / Despesa corrente	25,26 %	27,26 %
Transf. FFF / Despesas com pessoal	84,59 %	78,87 %
Transf. Municipais / Receita total	10,72 %	20,39 %
Trasnf. FFF / Receita total	27,05 %	25,22 %

O saldo orçamental, superior a 37 mil euros, continua elevadíssimo e em linha com anos anteriores, representando mais de 9,5% da despesa paga, o que demonstra que a falta de obras e investimentos nem sequer se deve a falta de dinheiro, mas tão somente à inércia e falta de iniciativa do executivo.-----

Recorda-se o que o partido que suporta esta Junta tem dito sobre as Contas municipais: “o normal com um orçamento bem delineado, é não haver lucro”; “o facto de se gastar saldo a mais ou a menos significa que o orçamento não está bem executado” e “não vale de nada ter contas certas, se a população não tiver as respostas de que necessita”. Seria normal que outros tivessem uma visão crítica, mas na visão do próprio PS - Cantanhede, a Junta de Febres tem um orçamento mal delineado, a executou do orçamento que já era mau é ainda pior e, conseqüentemente, nem as contas estão certas nem a população tem tido as respostas de que necessita. Numa análise mais apurada do Plano Plurianual de Investimentos, damos nota do seguinte, à entrada do último ano do mandato (ou seja, decorrido mais de 80% desse mandato):-----

o Criticava-se a Junta anterior por não ter concluído o Museu, mas 3 anos e meio depois, está longe de concluído e o nível de execução de financiamento global vai apenas nos 38%, sendo que a maioria dessa execução ainda foi feita pelo executivo anterior;-----

o Nas obras de requalificação, executaram 24% do que tinham previsto neste ano e apenas 14% do total previsto;-----

o Nos equipamentos desportivos, executaram 11% no ano e apenas 35% do total; nos parques infantis, 18% no ano e 47% do total; nos arranjos urbanísticos, 41% no ano e 30% do total;-----

o Nos projetos relativos a espaços verdes, passeios e valetas, caminhos, as execuções anuais são satisfatórias, mas as execuções globais variam entre 26 e 49%.-----

Em resumo, com 80% do mandato executado, dos 17 grandes projetos que a Junta colocou no Plano Plurianual, apenas dois têm taxas de execução globais acima dos 50%: os cemitérios (59%) e a requalificação de "fontes, lavadouros e lagoas" (72%). Ou seja, muito pouco quando estamos na terceira freguesia mais populosa do concelho, quando estamos a falar de uma vila e quando as rubricas mais executadas têm pouco peso no total. Por tudo isto, a bancada do PSD abstém-se na votação dos documentos de Prestação de Contas da Junta de Freguesia de Febres para 2024."-----

- **Declaração de voto do CHEGA:**-----

"Relativamente à prestação de contas do exercício de 2024, estas cumprem as disposições legais e estatutárias como refere no documento o revisor das contas (Lusaconta). No entanto, uma coisa é as contas estarem todas corretamente espelhadas e outra coisa é o bom desempenho do executivo da junta, relativamente ao que planeou realizar com orçamento proposto e o que efetivamente executou. Sobre isto, quero referir que de acordo com o Q9 (quadro 9) a receita de capital desce desde 2021. Não existe novas obras, o executivo limita-se a realizar a vulgar gestão do dia a dia da junta de freguesia, onde se pode comprovar facilmente no Q14, onde a despesa corrente supera de longe a despesa de capital. No Q13 (quadro 13) a taxa de execução da despesa de capital foi de 46,51%, muito baixa para uma rubrica que espelha as obras realizadas. O relatório de demonstração do desempenho orçamental apresenta um valor negativo no saldo global de -15.405,78 euros, onde é visível que a despesa efectiva foi superior à receita efectiva. No presente relatório de prestação de contas de 2024, existe uma folha na qual não consta a assinatura do Sr Tesoureiro."-----

Passou-se ao **quarto ponto** da ordem de trabalhos - **Apreciação, discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento para o ano de 2025, por integração do saldo de execução orçamental, nos termos do nº 1 do art.o 129º, da Lei nº2/2020, de 31 de março.**-----

**Paulo Pessoa, Tesoureiro**, referiu que a proposta do executivo para incorporação do saldo de execução, uma alteração ou um reforço, neste caso, no pessoal em função de 4.000 euros. No mapa de pessoal aumentamos uma pessoa, ela ainda não entrou, mas estava previsto esse reforço. Depois aqui um valor simbólico na questão do gasóleo, de 90 euros, ferramentas e utensílios 260 euros, encargos de instalações 570 euros, limpeza e higiene 688 euros, conservação de bens 3.000 euros, comunicações 146 euros, publicidade 61,5 euros, vigilância e segurança 210,55 euros, outros trabalhos especializados 8.000 euros e viadutos, arruamentos e de obras complementares 13.000 euros, passando os 47.000 para 60.000 euros. Este valor tem que ver com aquilo que seria a nossa expectativa relativamente a fazer obra, porque pelos vistos não somos assim tão bons a executar obra, mas só para dar a nota que para nós executarmos obra também é preciso que haja condições para que se possa executar. Nomeadamente, nesta questão do reforço que fizemos para viadutos, arruamentos e obras complementares, que era previsto fazermos os passeios do Barracão, que inclusive tiveram abaixo assinado por parte dos habitantes da localidade, e continuamos ao final de, não sei, a Sra. Presidente poderá dizer, se calhar, 10 e-mails, por não obter qualquer resposta, porque infelizmente não podemos fazer o passeio sem o estudo da Câmara. Estudo esse que está pedido seguramente há dois anos, talvez. Gostaríamos de realmente fazer obra, se calhar, na casa dos 50, 60



mil euros no Barracão, mas também não conseguimos, porque de facto não estamos independentes. Como também gostaríamos de fazer o campo de futebol na antiga Escola de Balsas, de acordo com a indicação da Sra. Presidente de Câmara, porque muito bem achamos até a ideia, e foi uma ideia dela, de podermos fazer aí o campo, e ainda bem porque também seria uma intenção inicial nossa, de haver a possibilidade de fazer esse campo no atual Parque Desportivo de Febres, que, como sabem, é da alçada da Câmara Municipal. Portanto, para nós é uma boa notícia que haja essa possibilidade de haver o campo, o importante é que venha a obra para Febres, de facto, seja ela executada por nós ou pela Câmara Municipal. Mas deixar também esta nota, que muitas obras se fazem, certo, mas como sabem que não estamos só dependentes de nós para fazer algumas obras, e como também todos sabem, alguns dos que estão aqui presentes, que estiverem em muitas assembleias, é uma verdade que o Museu está para construir há três anos, mas também sabemos perfeitamente as condições em que nos foi deixada a obra e o que tivemos de passar para conseguirmos ter a obra legalmente e a funcionar.-----

Não existindo intenções de intervenção, a **Presidente da Assembleia** passou de imediato à votação da **1ª Alteração Modificativa ao Orçamento para o ano de 2025, por integração do saldo de execução orçamental, nos termos do nº1 do art.o 129º, da Lei nº2/2020, de 31 de março, a qual foi aprovada por maioria, 5 votos a favor (PS e CHEGA) e 4 abstenções (PSD).**-----

**Ana Ramos, pelo CHEGA**, apresentou a sua declaração de voto, que se passa a transcrever na íntegra:-----

“Como se sabe o orçamento consiste numa previsão das receitas e das despesas, a receber e a pagar, num determinado ano económico. Idealmente, uma vez aprovado o orçamento não deveria ser necessário proceder a alterações ou modificações no documento. Todavia, o grau de previsão do futuro não é fiável, sendo que no decorrer da execução do orçamento, poder-se-á ser necessário modificar o mesmo com vista a executá-lo com maior rigor, após a introdução do saldo gerência transitado do ano anterior, obrigado pela disposição legal de o integrar no orçamento. Esta alteração visa reforçar o orçamento do corrente ano com a integração do saldo gerência de 2024, num total de 34.565,55 euros. Este valor é distribuído em várias rubricas, e eu queria salientar a rubrica que foi reforçada no PPI (Plano Plurianual de Investimentos) para o ano de 2025, de requalificação, beneficiação e manutenção de fontes, lavadouros e lagoas. Esperemos que a executem mesmo, para que se evite o que aconteceu no charco, em relação ao muro. Aguardemos também a requalificação do lavadouro de Balsas e beneficiação do repuxo do largo da vila de Febres, que tenho vindo a chamar a atenção e acho que já é tempo e sabemos que existe dinheiro, mas não existe vontade de o realizar.”-----

A **Presidente da Assembleia** encaminhou para o **ponto número 5**, da ordem de trabalho, **Apreciação, discussão e votação de toponímia nas localidades de Cabeços e Fontinha:**-----

A **Srª Presidente da Junta** referiu que decorrente de uma necessidade de um pedido do município de Cantanhede, que está a efetuar um estudo pormenorizado em todo o município, em todas as suas freguesias, para alguns ajustes necessários relativamente à toponímia. Eram quatro pedidos, mas um já estava resolvido, e de urgência precisamos de três nomeações novas, uma decorrente de uma obra que é junto ao antigo campo Conselheiro Costa Soares, entre o campo e o restaurante do João dos Frangos, outra é o beco que está também ali naquela zona e uma outra é na Fontinha junto ao Talefe, naquela rua que desce do Talefe e que vem bater na Rua do Albucaz. Para a fontinha propomos, uma vez que a rua de cima é a Rua do Talefe, Travessa do Talefe, que é só da rua que desce até à Rua do Albucaz. Relativamente aos cabeços, no beco que depois bate em propriedade privada, propomos Beco das Oliveiras e na rua que passa junto o campo Conselheiro

Costa Soares e o restaurante João dos Frangos, propomos Rua Pinhal da Estrada, porque a zona chamava-se Pinhal da Estrada, aquela zona de terrenos ali assim se chamava. Há ali uma casa nova e que necessita agora de número de polícia e portanto foram estas as necessidades, havia uma outra rua mas ela estava nomeada, o município e é que não verificou. Entretanto, provavelmente poderemos ter que fazer mais alterações resultantes desse estudo intensivo que o município se encontra neste momento a fazer, mas ainda não reunimos, ainda não foi solicitada a reunião connosco e poderemos eventualmente ter que fazer mais alterações ainda neste momento.-----

**Aldina Duarte, pelo PSD,** questionou se os moradores foram questionados sobre estas alterações ou se é uma decisão a que a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta respondeu que nos cabeços, o Beco das Oliveiras, por exemplo, foi um sugestão das pessoas, relativamente à Rua Pinhal da Estrada, a sugestão era outra mas foi uma sugestão que nós considerámos que não se adequa à situação e ainda bem que não se adequava porque às vezes temos a tendência de enumerar as ruas com pessoas que já faleceram e aos quais queremos prestar homenagem, graças a Deus a pessoa não faleceu e portanto achámos que não deveria ser esse o nome. Na travessa do Talefe considerámos que seria o nome mais adequado porque saía da urbanização, é uma rua que passa no fim da urbanização e depois segue para a Rua do Albucaz e achámos que seria uma boa opção.-----

**Eliseu Pessoa, pelo PSD,** fez um reparo: nessa Rua do Talefe, onde era a rotunda é o fim da rua, era um beco sem saída, mas como passou a ser uma rua, depois abriram, a rotunda foi aberta para aquele local de estrada. Era uma rua sem saída, que vinha do Talefe, depois dava a volta ali em frente ao Sr pintor, e como agora é uma travessa, aquilo foi aberto o lancil, que está um bocado de fora e assim um bocado perigoso, embora tenha pouco movimento, devendo ser alinhado. A Sr<sup>a</sup> **Presidente da Junta** respondeu que esse passeio tem a ver com o loteamento que é da Câmara e o nosso é o de baixo ao pé do Cabeço mas ficou registado.-----

Passou-se à **votação a toponímia nas localidades de Cabeços e Fontinha, tendo sido aprovado por unanimidade.**-----

A **Presidente da Assembleia** passou para o ponto número 6 - **Outros assuntos de interesse para a Freguesia** e deu a palavra aos interessados em participar:-----

Sr<sup>a</sup> **Presidente da Junta,** sobre a situação anteriormente citada por Ana Ramos na sua declaração de voto, em relação ao muro na Lagoa dos Coadiçais, informou que o assunto em causa mereceu pelo executivo a maior atenção desde o início. Quando um cidadão que, por acaso, está presente nesta Assembleia, a chamou à atenção, de que parecia que o muro estava com alguma inclinação, foi de um dia para o outro e foi logo lá efetuando registo fotográfico. Contactou a Proteção Civil, enviou para a Câmara, e fizeram tudo direitinho. Reuniram no local, reuniram fora do local, reuniram presencialmente com a Senhora Presidente da Câmara, onde este assunto já foi tratado várias vezes, como é do vosso conhecimento. Já levou o assunto à Assembleia Municipal, também como é do vosso conhecimento, e portanto, foi o executivo da Junta que colocou a primeira sinalização no local, para que as pessoas não se abeirassem dos gradeamentos, tudo em coordenação com a proteção civil e com a Câmara Municipal. As pessoas cortaram as fitas, um dia passou lá para ver se estava tudo ok, e andavam crianças, os pais estavam na boa, e as crianças penduradas no gradeamento na lagoa. Já nem se refere ao muro estar com alguma inclinação, mas sim de crianças pequenas, encavalitadas num gradeamento de madeira, viradas para a lagoa e os pais na boa, longe das crianças. Portanto, vendo que aquilo não estava a resultar, pediu à proteção civil, as pessoas foram lá, cortaram as fitas, roubaram as verguinhas, roubaram as cápsulas que se põem em cima das verguinhas para proteção, e assim constatou que tinham que fazer de outra maneira. Falou novamente com a proteção civil, acordaram e puseram aquelas barreiras que tiveram de ser



compradas pela junta e lá colocadas para protegerem todo o local. Muitas foram as tentativas para resolver aquela situação, não podendo fazer lá intervenção no muro, como Junta de Freguesia. O muro caiu, mas não foi de certeza culpa da junta, foi da água. Conseguiu hoje receber a informação que supostamente, quando o muro caiu, estava alguém a utilizar os aparelhos, e os aparelhos estavam dentro de um gradeamento que estava bem colocado, conforme confirmou ainda há cerca de dois meses com o coordenador da proteção civil de Cantanhede, porque o gradeamento foi estendido até à churrasqueira e, por isso, se o muro caiu não foi por inoperância do executivo.-----

**Ana Ramos, pelo CHEGA** sobre o assunto anterior, reforçou que “nunca aqui foi dito por mim que o executivo da Junta não tinha tido uma ação na proteção dos cidadãos para que não existisse algo mais perigoso, não foi nesse sentido. Tendo em conta que a Srª Presidente da Junta diz que o muro da lagoa dos Coadiçais não pode ser resolvido, o assunto do muro não a proteção, enquanto a situação que estava antes do mesmo cair. Então se não pode ser resolvido, podemos esclarecer, quem é que é responsável por resolver o assunto”. Ao que a **Srª Presidente da Junta** respondeu que acima da Junta está o Município, que está a par da situação e se não tem a competência, terá que resolver a situação com as entidades relevantes como a APA. Agora da parte da Junta foi tudo feito.-----

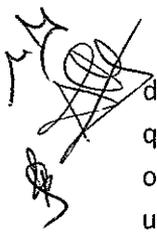
**Ana Ramos, pelo CHEGA** questionou a Srª Presidente da Junta, tendo em conta que há quatro anos que solicita para que o repuxo do Largo de Febres volte a ser reativado, porque já que temos um largo triste, o repuxo era uma das situações que na sua opinião só podia beneficiar a freguesia e isto, pelo menos, enquanto estiver ali. Parece que este assunto ficou esquecido e gostava de saber se a Srª Presidente da Junta tenciona acabar o mandato com o repuxo a funcionar. Questionou ainda se existe intenção efetiva de requalificar o lavadouro de Balsas. A **Srª Presidente da Junta** respondeu que, relativamente ao repuxo, tal como já disse, pretendem fazer um jardim e as pessoas que projetaram aquela obra já foram ouvidas, já estiveram no local com as pessoas e já contactaram empresas e aguardam por orçamentos. Relativamente à fonte de Balsas já foi interditada pela proteção civil, e também as pessoas tiraram as fitas. Neste momento o terreno está alagado, mas a vala está a fazer o escoamento e está a fazer a sua função. Portanto, assim que der, vamos tirar o telhado, que está em risco de queda. Ana Ramos confirmou se então, no local do repuxo, onde fica a água, vai então ser um jardim ao que a **Srª Presidente da Junta** anuiu.-----

**Bruno Silva, pelo PSD**, questionou porque é que a Junta não pode intervir na situação do muro, uma vez que o terreno é deles, assim como o muro. A **Srª Presidente da Junta** respondeu que a Junta não tem essa capacidade, porque confina com a linha da água e tem sempre as questões da APA que devem ser tomadas em consideração e tem de ser tudo autorizado antes de ser feito pela competência da água.-----

**Diogo Cruz, pelo PS**, referiu a localidade da Chorosa, na Travessa de São Brás, onde está um batimento que está cada vez mais fundo. Já falou com a Srª Presidente várias vezes e gostava de saber o ponto da situação, se a mesma já obteve resposta com as entidades competentes, porque está-se a tornar muito perigoso. A **Srª Presidente da Junta**, relativamente a esse assunto, assim que o mesmo foi reportado, transmitiu-se à entidade competente e ainda não teve resposta. A verdade é que existem vários pontos críticos em igual situação, estão todos sinalizados, reportados e alguns são logo intervencionados, porém outros não. Também ocorrem situações em que se tapam e voltam a ceder e a aparecer. Era intenção da Junta alcatroar estas estradas, falaram com a Sr. Presidente da Câmara que concordou e que seriam estas as estradas a intervencionar aquando de pôr o Alcatrão deste ano. No entanto, não foi alcatroada nenhuma das estradas que efetivamente precisavam de o ser. O que é certo é que as situações estão todas identificadas e os abatimentos são monitorizados.

Aquilo que têm informado é que já existem projetos para mudar as condutas e assim ela própria prefere que a requalificação seja feita posteriormente para não se andar a colocar primeiro o alcatrão para depois se abrirem buracos para resolver as situações, como o que aconteceu na estrada da Fontinha. Portanto, continuamos com os problemas crónicos, que supostamente um deles irá ser resolvido em breve, que é um investimento que, segundo a informação que têm por escrito, é que vai ser resolvido em breve, o outro é mais lento, logo podemos estar aqui a falar de alguns anos para depois se poder qualificar essas vias. Ficou muito espantada quando foi convidada para a assinatura de um auto de consignação, pensando que a Sr. Presidente da Câmara iria assinar para a estrada das Lagoas e depois quando chegou lá era para a estrada dos Cabeços. Portanto, nada a fazer pela Junta porque é água potável e esgotos e tem de se aguardar pelas intervenções da Inova. Portanto, se pegarmos naquela primeira casa da Rua Professor Fernando Serra da Oliveira, se fizermos aqui a curva e irmos até à escola, percebemos bem quais são as condutas que estão a abater e percebemos bem onde estão os abatimentos. Se fizermos um bocadinho ali até ao Lote 16, que não chega a ser a parte toda, percebemos onde é que eles estão. Quando vamos ali para Febres, ainda na zona de Febres, já antes da Arrancada, também percebemos o que é que tem que ser ali feito. Também é uma intervenção profunda. Tentaram que aceitássemos fazer ali os passeios com a possibilidade daquelas águas que saem das tampas serem canalizadas para a vala, por isso é que os passeios não estão lá. Não estão lá porque não nos pareceu correto fazer essa intervenção. Portanto, estamos a guardar. Relativamente depois, mais à frente um bocadinho, há a estrada das Lagoas, à Rua Principal, o que parece que vai ser a intervenção a fazer, é esgotos, na outra parece-lhe que a intervenção é no abastecimento da água potável para a população. São as informações que tem. **Diogo Cruz** questionou se essa estrada na Rua Conselheiro Costa Soares, que foi alcatroada, se não foi por decisão da Junta. A **Srª Presidente da Junta** referiu que o alcatroamento não foi decisão da junta. Quando soube dessa decisão enviou um e-mail para a Câmara porque na hora estavam vários presidentes, onde foram consignadas obras para quatro freguesias e estavam as pessoas da empresa, pelo que não ia estar ali a questionar a Sr. Presidente da Câmara acerca disso. Ficou assim um bocadinho estupefacta quando disseram a Rua Conselheiro Costas Soares porque pensava mesmo que era, porque tinha sido o conversado com a Srª Presidente da Câmara mas, depois, talvez na reunião com a Inova isso se tenha alterado por a mesma ter decidido fazer aquela intervenção das águas na estrada principal das Lagoas. Mas era essa a intervenção que a Srª Presidente da Câmara estava a pensar fazer, uma vez que aqui estas, dos esgotos iriam demorar mais tempo e porque era mais dinheiro. Não está descontente porque requalificaram as ruas, isso é sempre bom mas, se calhar, havia outras.-----

**Aldina Duarte, pelo PSD**, questionou, ainda sobre os abatimentos, como é que está a situação da urbanização lá em baixo, se está a avançar. A **Srª Presidente da Junta** referiu que, tal como já tinha dito, estava à espera de uma decisão da Câmara porque havia uns técnicos que diziam que aquilo era da competência da intervenção da junta e depois o técnico que veio fazer as medições, as áreas dos terrenos não batiam certo e portanto aquilo poderia não ser da junta. Entretanto, já decidiram que afinal aquilo era da Junta. Aquela intervenção parece fácil de fazer, mas é uma intervenção em profundidade pois são as manilhas que supostamente estão partidas debaixo, em que pela previsão do técnico da Câmara, estarão a mais de metro e meio de profundidade e portanto aquilo não se pode simplesmente abrir ali um rasgo e meter-se alguém lá dentro para mudar as manilhas. Portanto, tem de se arranjar uma empresa especializada para fazer essa intervenção. Segundo o que o técnico da Câmara explicou, vai ser primeiro avaliada a situação assim até à estrada e depois verificar porque há lá duas passagens de água em que também estão quebrados os sumidouros e que se tem de saber



depois ao certo, o que é que está ali. Tem de se abrir no centro para verificar depois quais as ligações que estão ali. Até porque pelos vistos já há umas ligações dos prédios de esgotos que não estão para o sítio certo também, mas depois já não é da nossa competência. Então, esperam conseguir arranjar uma empresa especializada para fazer aquilo porque não se vai abrir a passagem toda por causa das manilhas. É que parece uma coisa simples porque são manilhas 300, só que estão a muita profundidade e estão partidas. E não é só abrir um canalzinho para tirar as manilhas porque tem que se fazer a sustentação lateral para segurança. **Aldina Duarte** referiu que também já é uma reclamação há algum tempo e não conseguimos dar resposta a nenhum dos habitantes daqueles blocos.-----

**Eliseu Pessoa, pelo PSD**, questionou o porquê daquilo não ter acabado. A rua onde mora o Paulo, no fim da rua, que vai dar ao largo da estrada, na Pedreira. Aquilo foi feita a estrada de um lado e de outro e foi feita com o batimento das terras mas depois falta a ponte. Isto chamou-lhe à atenção porque, enquanto lá tiveram as canas aquilo estava seguro mas agora apresenta algum perigo porque é capaz de lá ter um buraco. Porque está a estrada feita com o batimento. A **Srª Presidente da Junta** referiu que ainda bem que fala nas canas porque às vezes as pessoas vêm à Junta e fazem exposições, porque a Junta tem que limpar. Há situações e isso tentou logo perceber e acha que percebeu bem. Tanto assim é que foi a Câmara que fez agora essa intervenção nessa vala. Portanto, aqui está um exemplo de que nem todas as valas são de intervenção da Junta. Essa intervenção foi feita agora, que era uma intervenção que, como sabem, também já línhamos pedido há bastante tempo. Vai gerar de certeza confusão porque ela não vai ser toda limpa, segundo a informação que o urbanismo lhe prestou. Relativamente à questão dessa estrada, também já questionou a Câmara e não obteve qualquer resposta por parte da Câmara por escrito, mas segundo informações orais, aquilo que lhe disseram foi que a obra para já está parada, porque parece que há uns terrenos que estão indivisíveis. Mas, de facto, a obra não lhe parece que vá avançar tão depressa. Isto porquê? Porque agora, quando foi para a limpeza da vala, teve que falar com alguns proprietários para a passagem da maquinaria e disseram que a seguir iriam repor a vedação que estava lá. Então, se fosse para avançar a estrada, não se repunha a vedação. **Eliseu Pessoa** considera que é estranho ser a questão dos terrenos, porque esta estrada foi feita mesmo até à vala, os terrenos foram mexidos e só falta mesmo a ponte. A **Srª Presidente da Junta** referiu que os terrenos foram mexidos, mas se calhar sem autorização de todos os proprietários dos terrenos, porque, às vezes o terreno é só nosso e, às vezes, há familiares que se esquecem disso e dão autorizações e vendem aquilo que não é só seu e, se calhar, foi um dos casos.

**Paulo Pessoa**, esclareceu que é mesmo essa a situação pois o terreno era indiviso, estando-se a falar da Rua Dom Afonso Henriques na Fontinha esclarecendo que não fala no assunto por uma questão de conflito de interesses mas, a situação que se passa lá, até pode comentar, é bastante caricata neste momento, porque, de facto, alguém colocou lá uma vedação na estrada que estava feita. Segundo o proprietário, essa estrada pertence-lhe e a Câmara não devia ter feito essa estrada, mas os terrenos que estão a falar, de facto, parece que eram indivisos e a Câmara, comprou-os a um indivíduo e aquele terreno era de vários e colocaram-no em tribunal, e porque isso é que o assunto está embrulhado em tribunal. A **Srª Presidente da Junta** acrescentou que aquilo na realidade não era um caminho, nem tão pouco mais ou menos, era apenas uma servidão de inquilinos, que, como todos sabemos, os nossos avós, bisavós, tetravós, compraram um carreirinho onde a gente passava uma pessoa de cada vez, um terceiro, às costas, e agora nós queremos um caminho aberto, uma estrada, para passar com aquilo que nos apetece. E, portanto, a proprietária do terreno, a que o Paulo se referiu, fez valer os seus direitos e usou o seu terreno e deixou a servidão livre. Quando compramos 50 centímetros, depois não podemos querer 4 metros, como alguns caminhos. Às vezes as pessoas dizem, ah, porque a estrada é estreita. Pois, às vezes era um carreiro que passou a um

caminho que de repente é uma estrada. E se os proprietários na lateral se recusam a dar, não é? A estrada fica estreita. E se quisermos passar com um carro numa estrada estreita, onde antigamente era um caminho de carroças de bois, os carros não podem passar a 100 um pelo outro e temos exemplos desses aqui em Febres.-----

A **Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta** pediu a palavra para cumprimentar e desejar as boas vindas a Febres do Sr Deputado Eliseu Neves que surgiu na plateia do público.-----

A **Presidente da Assembleia** questionou o público sobre o seu interesse de intervenção, não existindo essa manifestação deu por terminada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que será assinada nos termos da lei.-----

---

---

**A 1.<sup>a</sup> Secretária:**

(Ana Ramos)



**O 2.<sup>o</sup> Secretário:**

(Bruno Silva)



**A Presidente da Assembleia:**

(Aldina Duarte)

